

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS *

TÂNIA ANDRADE LIMA **

A iniciativa de promover um seminário com o objetivo de pensar e discutir uma Arqueologia Histórica remete automaticamente a uma tentativa de conceituação do tema proposto. Tradicionalmente definida como o estudo de culturas passadas, a Arqueologia, enquanto campo de investigação, atravessa uma ampla diacronia, desde o surgimento das primeiras formas humanas até um momento não claramente demarcado, cujo limite é bastante discutido, sobretudo pelos que entendem que a partir dos registros escritos a interpretação arqueológica perde em substância, modificando-se a sua natureza intrínseca. Ao se falar em Arqueologia Histórica, portanto, o próprio conceito de Arqueologia passa a ser questionado, especialmente em função de um notório compromisso com o “antigo”, expresso na sua etimologia. Porém, qual a exata medida dessa antiguidade? Uma das formas de se responder a esta pergunta é através de um redimensionamento deste conceito, já que, mais que meramente o estudo de culturas passadas, a Arqueologia deve ser entendida, conforme defende Dickens (1982:XV), como a disciplina científica que se utiliza de restos materiais para compreender o funcionamento de sociedades humanas específicas e da cultura em geral, o que torna a abordagem arqueológica válida para o entendimento de qualquer sistema comportamental, passado

* Comunicação apresentada ao I Seminário de Arqueologia Histórica. SPHAN/FNPM, outubro de 1985. Rio de Janeiro.

** Doutoranda de Antropologia Social da Universidade de São Paulo. Bolsista do CNPq.

ou presente. Pré-históricos ou históricos, remotos ou recentes, com ou sem registros escritos, esses sistemas podem ser estudados na Arqueologia por meio dos métodos e das técnicas que lhe são próprios e que permitem uma contribuição ímpar à elucidação do comportamento humano através dos tempos, na medida em que ela lida com a própria materialização desse comportamento, no caso os artefatos e os vestígios arqueológicos em geral, distribuídos no espaço.

Admitindo a Arqueologia Histórica como uma das possíveis especializações dentro deste amplo domínio, cumpre igualmente defini-la. O seu reconhecimento enquanto campo de pesquisa é um fenômeno relativamente recente, datando da segunda metade do século XX, tendo sido decisivo para a sua consolidação o encontro de especialistas realizado em Dallas, EUA, em 1967, quando foi fundada a **Society for Historical Archaeology**. Esta expressão, "Historical Archaeology", parece ter sido inicialmente empregada por Woodward, nos anos 30, e por Setzler na década seguinte, tendo sido adotada definitivamente neste encontro. Os seus aspectos semânticos vêm sendo desde então amplamente discutidos, tendo sido propostas outras alternativas, como "Arqueologia de Sítios Históricos", "Arqueologia Colonial" e outras menos cotadas.

Schuyler (1978 : 27) define-a como "o estudo dos restos materiais de qualquer período histórico", entendendo-se por período histórico aquele em que as culturas estudadas têm um registro documental e nas quais a escrita exerceu um forte impacto. Quando os registros são capazes de alterar os métodos e técnicas básicas de se estudar as sociedades passadas, então se está lidando com Arqueologia Histórica.

Por sua vez a expressão americana "Historic Sites Archaeology", baseada provavelmente na **Historic Sites Act**, de 1935, foi de início definida em 1947 por Harrington e redefinida por Fontana, em 1965, da seguinte maneira: "a arqueologia executada em sítios que contêm evidências materiais de culturas não-indígenas ou que possuem registro documental contemporâneo não-indígena". Com base nestes dois autores, Schuyler (op. cit. : 28) propôs a seguinte conceituação: "o estudo da manifestação material da expansão da cultura européia sobre o mundo não-europeu, começando no século XV e terminando com a industrialização ou na atualidade, dependendo das condições locais". Nesta acepção está contido, em parte, o objeto de estudo da chamada Arqueologia Industrial, desenvolvida a partir dos anos 50 na Inglaterra, e voltada para o exame do processo de industrialização, através de um es-

tudo sistemático dos monumentos e artefatos que dele restaram nos últimos 200 anos (Buchanan, 1977 : 19).

Schuyler assinala que, no primeiro caso, a expressão "Arqueologia Histórica" encontra a sua unidade na técnica e na metodologia da investigação, enquanto que no segundo caso, "Arqueologia de Sítios Históricos", há um tema histórico específico, com limites temporais, espaciais e culturais para a América, na medida em que processos e padrões fundamentais, originariamente europeus, como a ascensão do capitalismo mercantilista, emergência de monarquias nacionais, etc., criaram a entidade histórica em estudo. Com base nessas colocações entendemos a "Arqueologia de Sítios Históricos" mais propriamente como um dos ramos da "Arqueologia Histórica" que lida com sociedades complexas, do que como uma proposta alternativa para contornar eventuais dificuldades de ordem semântica. E assim definida ela pode ser confundida com a chamada "Arqueologia Urbana", a quem interessa primordialmente analisar o uso e a transformação do espaço através do tempo nas cidades, por meio das evidências arquitetônicas, porquanto elas definem os limites espaciais das atividades, e da distribuição dos artefatos, lidando também, por conseguinte, com sociedades complexas.

Assim sendo, a própria Arqueologia Histórica, por sua vez, pode também abrigar áreas de especialização mais restritas; alguns desses campos, até agora desenvolvidos na Europa e nos Estados Unidos, parecem ter poucas conexões com a realidade brasileira. Por exemplo, não se pode falar aqui, como na Inglaterra, de uma Arqueologia Industrial, por evidentes razões de ordem histórica. Essas tantas e caprichosas rotulações, muitas vezes superpondo-se umas às outras, devem ser vistas criticamente no caso brasileiro, evitando-se o transplante e a assimilação de modelos que nem sempre se aplicam ao nosso caso.

Assumindo, portanto, a Arqueologia como Antropologia, na medida em que ela analisa os padrões subjacentes às sociedades e os processos de diversificação e transformação cultural através dos restos arqueológicos, já que toda esta dinâmica fica refletida no inventário material e na maneira como os indivíduos se organizam espacialmente, a Arqueologia Histórica não pode ser reduzida, como pretendem alguns, meramente à "aplicação do método arqueológico ao estudo da História" (Larrabee, Cotter e Noël-Hume, citados em Cleland & Fitting, 1978 : 242). Sua importância transcende amplamente o estreito limite de um simples método, ou técnica, como que-

rem outros, a serviço da História. Ela decerto tem condições de contestar ou confirmar registros escritos, preencher lacunas aí existentes, precisar locais de ocorrência de fatos históricos, e assim por diante. Este, no entanto, é um dos seus aspectos menos significativos, já que desta forma ela atua apenas nos processos conscientes das sociedades. Este nível de atuação é justamente o mais pobre, porquanto corresponde às normas vigentes, que existem para a manutenção dos costumes e não para expor as suas causas. A Arqueologia Histórica tem condições de ir mais além, de atingir os aspectos não-conscientes das estruturas tecno-econômicas, sócio-políticas, ideológicas, etc., que não aparecem nos registros escritos, se for desenvolvida a partir de uma perspectiva antropológica e nela buscando os seus fundamentos teóricos. Desta forma esses registros atuarão apenas complementarmente à atividade arqueológica. Conforme assinalou Deetz (1977 : 161): "don't read what we have written: look at what we have done".

As ações inconscientes são altamente reveladoras dessas estruturas subjacentes: atividades de descarte, formas de deposição, arranjos espaciais, etc., permitem leituras mais aprofundadas dos sistemas sociais. Se na Arqueologia Pré-Histórica isto pode ser apenas inferido, considerando o universo totalmente desconhecido em que ela opera, na Arqueologia Histórica os documentos escritos identificam e informam, compondo um terreno muito mais seguro. Isto lhe permite não só testar a validade de métodos, proposições, hipóteses e abordagens utilizadas na pré-história, com resultados mais confiáveis que levam a uma maior garantia do seu emprego, como também criar novas técnicas. Nestas circunstâncias o processo analítico se reveste de um controle muito maior e desta forma todo o ferramental teórico e metodológico utilizado pelo pré-historiador pode ser testado

Há um tipo de informação que pode ser extraída de depósitos históricos e que vem abrindo novos caminhos para o desenvolvimento de modelos explanatórios: é a diferença de tempo existente entre a data de manufatura de um determinado artefato e a época da sua deposição (intervalo manufatura/deposição). Esta diferença reflete não apenas um segmento de tempo, mas sobretudo aspectos comportamentais do grupo que a determinou (Hill, 1982 : 291). Considerando que nos séculos que se seguiram ao contato as Américas foram inteiramente dependentes das metrópoles nas suas necessidades mais elementares, os produtos aqui utilizados eram todos importados. Os objetos cumpriam um longo trajeto, oriundos

da Europa, Índias Ocidentais, China, e outros pontos do Oriente; ao chegarem deixavam atrás de si uma ampla e intrincada rede de comércio, assim como uma história a ser desvendada. Sobretudo no caso dos produtos industrializados, esta trajetória de vida, da criação ao descarte, é capaz de revelar não apenas essas redes de transporte e comércio, mas também hábitos de consumo, poder aquisitivo dos consumidores, aspectos sócio-econômicos e demográficos, práticas de reaproveitamento e suas determinantes, durabilidade dos produtos, e assim por diante.

A Arqueologia Histórica tem desenvolvido técnicas inovadoras de datação, em virtude do tradicional teste do carbono-14, amplamente utilizado na pré-história, apresentar limitações para cronologias recentes. Com base em datas de manufatura, Stanley South (1971) elaborou uma fórmula que vem sendo testada com grande sucesso em sítios históricos norte-americanos, com o propósito de datar o período de ocupação mais intensa em um determinado assentamento, mais que apenas o seu início ou abandono. Trata-se da "fórmula para datação média de louças" ("the mean ceramic date formula"), construída a partir das datas de manufatura dos vários tipos de louça encontrados num sítio, documentadas na literatura, e que consiste em:

$$\sum_{i=1}^n x_i \cdot f_i \quad \text{onde } x_i = \text{data média de manufatura para cada tipo de louça}$$

Y —————

f_i = freqüência de cada tipo

$$\sum_{i=1}^n f_i$$

n = número de tipos na amostra

Para deduzi-la identifica-se e quantifica-se, em primeiro lugar, cada tipo de louça existente. Para cada um determina-se a data média de manufatura, ou seja, o ponto médio do período em que se sabe que a louça foi fabricada (por exemplo, entre 1790 e 1860, a data média será 1825). Uma vez obtida, esta data é multiplicada pela sua freqüência no registro, chegando-se assim a um produto para cada tipo. O procedimento final é encontrar a soma desses produtos, que é dividida pelo total de tipos identificados. O resultado será a data média de manufatura das louças, e esta teoricamente é a datação média de ocupação do sítio.

Para se empregar esta fórmula assume-se, em primeiro lugar, que a produção máxima de um tipo coincide com a da

ta média desta produção; em seguida, que os objetos usados com maior freqüência são os mais representados no registro arqueológico, daí o peso maior que se dá, na fórmula, aos artefatos que ocorrem com mais popularidade; e finalmente, que os tipos cerâmicos refletem mudanças culturais através do tempo.

Testada em sítios com datações previamente conhecidas, esta fórmula tem produzido resultados seguros e confiáveis, mostrando que existe efetivamente uma relação entre a data média das louças, obtida com a fórmula, e a época média da ocupação, obtida com a documentação histórica. Binford (1972), Deetz (op. cit.: 17-18) e outros vêm recomendando enfaticamente o seu uso, não apenas pela sua aplicabilidade, mas sobretudo porque pode fornecer um amplo corpo comparativo de dados na Arqueologia Histórica. Muito embora criada especificamente para louças, esta técnica pode ser, e já vem sendo, estendida a qualquer tipo de artefato, desde que seja conhecida a sua data de fabricação. O intervalo manufatura/deposição anteriormente referido pode ser calculado encontrando-se a diferença entre a data média de fabricação dos objetos e a data historicamente documentada para o sítio.

Além da fórmula de South, uma outra técnica, surgida na década de 50, vem datando cachimbos de barro provenientes de sítios anglo-americanos dos séculos XVII e XVIII, com base na mensuração do diâmetro dos seus condutores. Foi observado que os cachimbos mais antigos apresentavam condutores mais largos, que foram se estreitando progressivamente à medida que se tornavam mais alongados. Esta modificação, ao que parece, está relacionada a uma disponibilidade maior de tabaco que teria permitido forninhos maiores; o alongamento da haste teria como objetivo distanciar da boca um forninho assim excessivamente quente, e o conseqüente estreitamento teria a finalidade de reduzir a quantidade de fumo aspirada. Esta redução progressiva, ao que tudo indica constante entre 1620 e 1800, possibilitou a elaboração de uma tabela onde as variações dos diâmetros dos condutores foram encaixadas em sucessivas faixas cronológicas dentro deste período, permitindo que novas coleções sejam datadas mediante comparação com esta tabela.

Esta técnica, exclusiva para cachimbos de fabricação inglesa utilizados nos Estados Unidos, foi de início desenvolvida por Harrington (1954), que trabalhou apenas com porcentagens, tendo sido posteriormente retomada por Binford (1961), que propôs, a partir dos elementos fornecidos por Harrington,

a aplicação de uma fórmula de regressão lineal, capaz de determinar a data média da amostra dos cachimbos e, por extensão, a data média para o período de sua acumulação. A precisão desta cronologia, entretanto, vai depender de quatro fatores básicos: a) que a amostra seja derivada de uma população depositada antes de 1780; b) que seja aleatória; c) que seja representativa; d) que tenha uma taxa constante de acumulação. (Binford, op. cit.: 21.) Essas técnicas estatísticas baseadas em mudanças padronizadas são passíveis de serem aplicadas a qualquer outra categoria de artefato, abrindo um amplo leque de possibilidades interpretativas.

A formação dos depósitos históricos é bastante complexa, implicando em processos que são determinados por toda uma série de filtros culturais. Em função do próprio dinamismo de uma sociedade, espaços são ocupados, abandonados, reutilizados, transformados, reciclados, restringidos ou ampliados através dos tempos, determinando diferentes assentamentos que se superpõem no espaço e se sucedem cronologicamente, com freqüentes perturbações estratigráficas. Descartes, abandonos, perdas, entulhos, demolições e desabamentos são as principais formas de deposição com que o arqueólogo tem que lidar e interpretar. Apenas excepcionalmente encontram-se sítios intactos; via de regra estão em escombros, sobretudo as ocupações mais antigas, e com freqüência é apenas a fase mais recente que apresenta melhores condições para pesquisa, inclusive sob o ponto de vista documental.

Os espaços são, em princípio, definidos a partir das suas funções (áreas residenciais, comerciais, mistas, públicas, cívicas, administrativas, religiosas, aterros, depósitos de lixo, áreas livres, etc.). A compreensão dos processos geradores, seletivos e deposicionais dos artefatos, bem como a análise da sua distribuição espacial são determinantes para esta definição. Raramente eles estão dispostos primariamente, na medida em que acompanham toda essa dinâmica, ao mesmo tempo em que dela são um testemunho. Não devem, entretanto, ser desprezados por não estarem mais em seus contextos originais, e sim decifrados com referência à maneira como foram deixados; se corretamente decodificados mantêm-se como uma valiosa fonte de informação. Por exemplo, objetos de uso doméstico que não se encontram mais no interior de uma área de habitação, não perdem seu valor informativo se forem recuperados num entulho; o que importa, no caso, é a correta identificação e interpretação do seu modo de deposição.

No processo analítico as diferentes categorias de artefatos devem ser trabalhadas com relação aos aspectos que determinam não apenas este modo, mas também a velocidade da sua deposição. A matéria-prima, neste caso, é extremamente importante; metais nobres, por exemplo, muito valorados em geral, aparecem pouco nos registros. Em contrapartida, latas, vidros e louças são abundantes. Porcelanas, normalmente reservadas para ocasiões especiais, apresentam longos intervalos, da fabricação ao descarte, por ser resistente, cara e menos usada. Já as faianças, usadas no cotidiano, mais fracas e mais baratas, apresentam intervalos mais curtos. As dimensões dos objetos, sua durabilidade, o tempo de vida útil e as possibilidades de reaproveitamento são fundamentais e têm que ser levados em conta nestas considerações.

Um dos materiais mais intensamente estudados, as louças, espelham aspectos sócio-econômicos e culturais: poder aquisitivo, status social, visões de mundo, etc., são revelados através da análise da qualidade da pasta, das formas existentes e dos padrões decorativos. Por exemplo, a iconografia das louças de Middletown, Connecticut, na transição do século XVIII para o XIX reflete um mundo em transformação, sob o impacto de uma industrialização e de uma urbanização crescentes, porém com uma sociedade ainda nostálgica de suas raízes européias. Românticas cenas rurais, algumas evocando paisagens inglesas ou antigas cidades da Itália estão estampadas em pratos deste período (Dyson, 1982 : 376-7). Na área de detritos de uma das residências locais foram encontrados inúmeros conjuntos de chá de porcelana chinesa, testemunhando a intensa atividade social de uma próspera família em franca ascensão. Em outras, o achado de louças exclusivamente utilitárias e pobremente decoradas atestou um padrão de vida modesto.

Outra categoria que vem sendo bastante pesquisada é a das garrafas de vidro (Baugher-Perlin, 1982; Hill, 1982). Resistentes, apresentam altas frequências em depósitos históricos, fornecendo dados referentes à alimentação, higiene, saúde, recreação, práticas sociais, etc. Assim como as louças, podem ser datadas com relação à época da sua fabricação, graças às impressões em relevo de marcas comerciais. Isto permite a aplicação a este material da fórmula de South, particularmente importante neste caso, em virtude das garrafas não serem elas mesmas os produtos desejados, mas sim veículos para esses produtos, sendo em geral descartadas após o seu consumo. Muitas vezes, no entanto, pode ocorrer o rea-

proveitamento desses recipientes, sempre determinado por razões de ordem econômica. Hill (op. cit.: 295-6) classifica esta reciclagem em formal ou informal. No primeiro caso os próprios fabricantes recolhem e novamente aproveitam os cascos (leite, águas minerais, refrigerantes, etc.). No segundo, atuam os consumidores, seja alterando o seu conteúdo (garrafas de whisky passam a conter água, refrescos, etc.), ou a sua função (garrafas transformam-se em castiçais, copos, etc.). As necessidades de cada produto engarrafado têm que ser consideradas ao se calcular o intervalo manufatura/deposição: vinhos, por exemplo, devem permanecer longo tempo em seus recipientes. Já o leite, por se deteriorar rapidamente, tem que ser logo consumido. Da mesma forma devem ser analisadas todas as etapas da sua produção e utilização: fabricação, preenchimento, distribuição, venda, aquisição, consumo, reciclagem e descarte final.

A análise de restos alimentares, por sua vez, pode revelar padrões dietéticos, cardápios cotidianos e festivos, estratificação social, sazonalidade da ocupação, práticas agrícolas, criação de animais, e assim por diante. Preferências alimentares são culturalmente determinadas e refletem não apenas gostos individuais, mas sobretudo fatores de ordem econômica. Em *Parting Ways*, por exemplo, um assentamento de escravos negros libertos, em Plymouth, Massachusetts, ocupado por volta de 1820, foi encontrada grande quantidade de mocotós de boi, normalmente desprezados pela sociedade envolvente, compondo a maioria dos ossos animais recuperados e revelando, junto a outros dados recolhidos, a pobreza e marginalidade dos seus ocupantes. Em Edgewood, Atlanta, pesquisas efetuadas em um depósito de lixo do início do século evidenciaram as atividades de algumas famílias de classe média baixa durante o inverno, mais precisamente nas proximidades das festas de Ação de Graças e Natal; um número elevado de ossos para sopa e ausência de vegetais apontaram para uma subsistência em tempo frio, assim como ossos de porco e peru atestaram sazonalidade e período de festas, respectivamente (Davidson, 1982 : 392-3), o que foi corroborado por outras categorias de artefatos, como louças (número desproporcional de tigelas em relação a outras formas), garrafas, etc.

Depósitos de lixo são igualmente reveladores das visões de mundo das sociedades que os acumulam. De início simplesmente jogados junto às casas, os dejetos passaram a ser depositados em fossas domiciliares, especialmente cavadas

nos quintais para esta finalidade, passando-se aos primeiros sistemas formais de transporte, como as grandes fossas comu- nais que atendiam a uma pequena comunidade, até se che- gar à coleta sistemática dos refugos e deposições em áreas distanciadas dos locais de habitação. A cada uma dessas mu- danças no padrão de deposição correspondeu uma transfor- mação na ordem social vigente, o que faz com que essas áreas sejam particularmente férteis para estudos processuais.

Os sistemas classificatórios concebidos para os objetos recuperados em sítios históricos devem transcender os aspec- tos meramente formais, sob o risco de serem construídas fal- sas categorias, totalmente diferentes das que foram criadas pelo grupo estudado. Para que não se transformem em exer- cícios estéreis, com resultados duvidosos, as tipologias devem ter como base critérios tecnológicos, estilísticos e funcionais, fundamentados em sólidas quantificações, tendo sempre como finalidade a explicação da realidade cultural.

A Arqueologia Pré-Histórica, ao lidar com grupos com uma menor complexidade cultural, muito antigos e com tecnolo- gias ainda rudimentares, atua sobretudo num plano subterrâ- neo, já que os restos, em sua esmagadora maioria, foram en- cobertos por sedimentos com o passar dos tempos, sendo ne- cessário escavá-los para que sejam recuperados. Esta Ar- queologia necessita fundamentalmente do auxílio das ciências da natureza na sua interpretação e esta dependência é um re- flexo do papel desempenhado pelo mundo natural na história do desenvolvimento humano; quanto mais recuados no tempo, mais os grupos estiveram direta e intimamente ligados ao seu ambiente, tendo se distanciado do mundo natural à medida que foram se complexificando (Deetz, op. cit. : 22). Por esta razão a Arqueologia Histórica necessita, em contrapartida, da colaboração íntima de historiadores e arquitetos, com uma menor dependência das ciências naturais. A maior complexida- de cultural, as tecnologias avançadas e um menor espaço de tempo decorrido faz com que o arqueólogo histórico atue mais **sobre** o terreno, já que os vestígios são eminentemente estru- turas verticais, construções e outros tipos de depósitos não encobertos, podendo em muitos casos dispensar a escavação. Daí a necessidade do desenvolvimento de abordagens especí- ficas para sítios históricos, já que, em muitos casos, as meti- culosas técnicas utilizadas por pré-historiadores podem ser to- talmente ineficientes.

A Arqueologia Histórica no Brasil

Deste seminário deve emergir claramente a delimitação do campo de estudos do que está sendo chamado de Arqueologia Histórica Brasileira. Em nosso ponto de vista, a ela caberá estudar as conseqüências da expansão européia do século XV, o impacto desta expansão sobre as populações indígenas, a dinâmica do contato cultural, a experiência negra, a formação da sociedade brasileira, bem como os processos de exploração, colonização e desenvolvimento urbano, através dos vestígios materiais remanescentes. Deve ser ressaltado o seu enorme potencial para resgatar os vencidos, os oprimidos que não puderam registrar a sua própria história, como é o caso do negro no Brasil. Sugerimos o seu desdobramento em dois subcampos: Arqueologia Colonial e Arqueologia Pós-Colonial, tendo como elemento diferenciador entre eles as relações de produção, considerando que são elas que determinam as estruturas econômicas, sociais, políticas e jurídicas de uma sociedade. A Arqueologia Colonial deverá ocupar-se da etapa escravista no Brasil, começando no século XVI, com os primeiros contatos do europeu com as culturas indígenas e a implantação de uma estrutura produtiva no país pelo Estado Português, e terminando com a decadência das relações de produção escravistas, por volta de 1870. A Arqueologia Pós-Colonial, por sua vez, deverá estudar a transição para o modo capitalista de produção e a instalação propriamente dita da etapa capitalista e do sistema industrial, com o conseqüente fortalecimento da burguesia, ao final do século XIX e século XX.

Se em suas primeiras manifestações no Brasil a prática da Arqueologia Histórica tem estado restrita, com poucas exceções, a construções monumentais, como prédios públicos, fortes, igrejas, etc., atendendo fundamentalmente a grandes projetos de restauração e preservação, o que num momento inicial é perfeitamente compreensível, deve-se daqui para a frente procurar transcender esta limitação, promovendo o desenvolvimento de pesquisas voltadas para problemas especificamente orientados, construindo-se hipóteses relevantes para serem testadas, sob o risco de se reduzir a Arqueologia meramente a uma técnica aplicada. Não apenas monumentos, mas sobretudo o cotidiano rotineiro, as habitações populares, os estabelecimentos comerciais, os engenhos, as fábricas, as lápides tumulares, os depósitos de lixo, os bairros, as vilas e pequenas cidades devem ser recuperados e reavaliados, agora

dentro de uma perspectiva antropológica. Não apenas fornecendo subsídios, mas acima de tudo refazendo, reinterpretando a História do Brasil. Esta a função primordial da Arqueologia Histórica Brasileira.



Bibliografia citada:

BAUGHER — PERLIN, S.

- 1982 Analyzing Glass Bottles for Chronology, Function and Trade Networks. In Roy L. Dickens (ed.), *Archaeology of Urban America*, Academic Press, New York, pp. 259-90.

BINFORD, L. R.

- 1961 A New Method of Calculating Dates from Kaolin Pipe Stem Samples. *Southeastern Archaeological Conference*, 9(1) : 19-21.
- 1972 "Evolution and Horizon as Revealed in Ceramic Analysis in Historical Archaeology": a Step Toward the Development of Archaeological Science. *The Conference on Historic Site Archaeology Papers*, 6 : 117-25.

BUCHANAN, R. A.

- 1977 *Industrial Archaeology in Britain*. Penguin Books, England, 446 pp.

CLELAND, C. E. & J. E. FITTING

- 1978 The Crisis of Identity: Theory in Historic Sites Archaeology. In R. L. Schuyler (ed.), *Historical Archaeology: a Guide to Substantive and Theoretical Contributions*. Baywood Publ. Co., New York, pp. 242-45.

DAVIDSON, P. E.

- 1982 Patterns in Urban Food Ways: an Example from Early Twentieth-Century Atlanta. In Roy L. Dickens (ed.), *Archaeology of Urban America*, Academic Press, New York, pp. 381-98.

DEETZ, J

- 1974 *In Small Things Forgotten — The Archaeology of Early American Life*. Anchor Press, New York, 184 pp.

- DICKENS JR., R. S. (ed.)
1982 Archaeology of Urban America. The Search for Pattern and Process. Studies in Historical Archaeology, Academic Press, New York.
- DYSON, S. L.
1982 Material Culture, Social Structure and Changing Cultural Values: the Ceramics of Eighteenth and Nineteenth-Century Middletown, Connecticut. In Roy S. Dickens (ed.), Archaeology of Urban America, Academic Press, New York, pp. 361-80.
- FONTANA, B. L.
1965 On the Meaning of Historic Sites Archaeology. American Antiquity, 31(1) : 61-65.
- HARRINGTON, J. C.
1954 Dating Stem Fragments of Seventeenth and Eighteenth Century Clay Tobacco Pipes. Quaterly Bulletin of the Archaeological Society of Virginia, 9(1) : 9-13.
- HILL, S. H.
1982 An Examination of Manufacture-Deposition Lag for Glass Bottles from Late Historic Sites. In Roy S. Dickens (ed.), Archaeology of Urban America, Academic Press, New York, pp. 291-327.
- SCHUYLER, R. L.
1978 Historical and Historic Sites Archaeology as Anthropology: Basic Definitions and Relationships. In R. L. Schuyler (ed.), Historical Archaeology: a Guide to Substantive and Theoretical Contributions. Baywood Publishing Co., New York, pp. 27-31.
- SOUTH, S.
1971 Evolution and Horizon as Revealed in Historical Archaeology. The Conference on Historic Site Archaeology Papers, 6 : 71-116.